

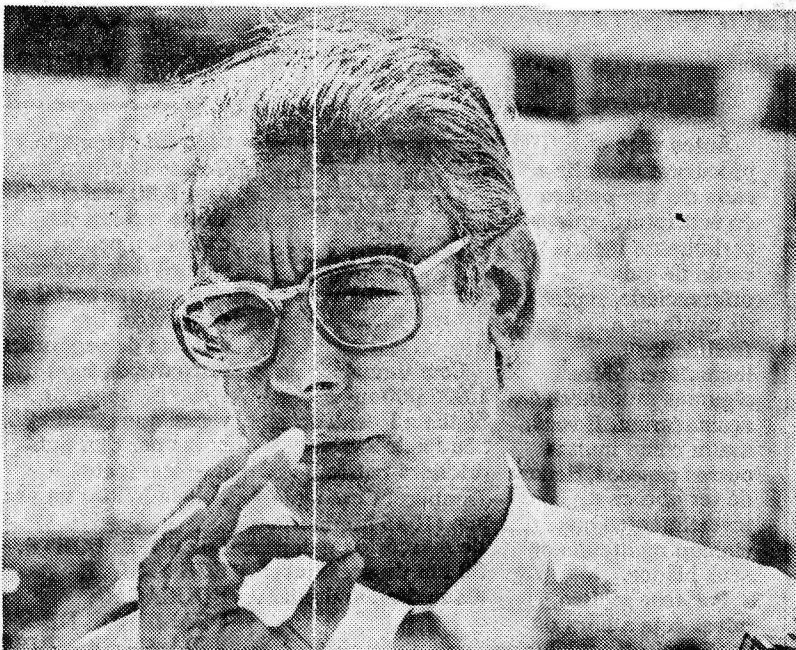
Entendimento continua difícil

BRASÍLIA — A atual tentativa do governo de retomar os entendimentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) esbarra nos mesmos problemas que há sete meses dificultaram a aprovação da primeira carta de intenção ao FMI. Agora, como em setembro do ano passado, o governo quer um empréstimo do Fundo de cerca de US\$ 2 bilhões. Não pode, no entanto, se comprometer com a trajetória da inflação nos próximos meses e tampouco fixar uma data para as conclusões do acordo com os bancos credores privados.

Enquanto não formalizar um acordo com o Fundo, o governo adiará a negociação de sua dívida com o Clube de Paris, que reúne os países credores do Brasil. O País já deve US\$ 2 bilhões em atrasados ao Clube e outros US\$ 20 bilhões dependem de um novo reescalamento. O acordo com o FMI facilitará também o ingresso de cerca de US\$ 4 bilhões, prometidos pelo Japão. Os japoneses, no entanto, esperam que o Fundo dê o sinal verde, indicando que a economia brasileira está ordenada para tomar a decisão de financiar projetos, como a reforma do Porto de Santos.

O negociador oficial da dívida externa brasileira, embaixador Jório Dauster, diz que "basta que o FMI diga que o programa brasileiro é positivo". Com o sinal do Fundo, o governo começará, segundo ele, a resolver os problemas pendentes com a comunidade financeira internacional. Dauster sabe, no entanto, que um acordo com o Fundo em curto prazo é difícil.

A preocupação do governo, segundo o embaixador, é fechar um acordo que possa ser cumprido.



Wilson Pedrosa/AE

Dauster: "Basta que o FMI diga que o programa brasileiro é positivo"

"Não queremos repetir o que aconteceu no ano passado", comentou, lembrando alguns compromissos firmados na carta de intenção de setembro do ano passado. Esse documento não foi analisado pelo FMI porque as negociações com os credores privados não avançavam e a inflação ascendente comprometeu as chamadas metas nominais.

Na sua primeira carta ao Fundo, a ministra Zélia Cardoso de Mello definiu compromissos que não se sustentaram. Zélia imaginou que a inflação média mensal ficaria na casa dos 7% no último trimestre, embora alertasse que, pela "natureza arraigada da inflação", não se poderia prever "em que prazo e em que velocidade" os índices começariam a cair. O cenário traçado pela equipe econômica era de equilíbrio nas contas públicas, com superá-

vits crescentes, diminuição da participação do Estado na economia e aumento da arrecadação de tributos federais. Mas a realidade brasileira foi mais forte, como admite o embaixador.

A inflação de 25% este ano, prometida pela ministra, acabou acontecendo em um único mês: em janeiro os preços subiram, em média, 20% e o enxugamento do setor público esbarrou na estabilidade do funcionário público definido na Constituição. A maior arrecadação também foi frustrada porque a recessão do ano passado provocou uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,5%. A recessão diminuiu o ritmo dos negócios e o recolhimento de impostos caiu em 25% no primeiro trimestre deste ano, em relação a igual período do ano passado. (B.A. e G.B.)